

「プロサバナが提供した米ドルのお陰で、ニアサ州、ナンプーラ州、ザンベジア州の市民社会組織は、マプトから『解放された』と表明」

Organizações da Sociedade Civil do Niassa, Nampula e Zambézia “libertam-se” de Maputo graças aos dólares do ProSavana

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/60572-organizacoes-da-sociedade-civil-do-niassa-a-nampula-e-zambezia-libertam-se-de-maputo-gracas-aos-dolares-do-prosavana>

Escrito por [Adérito Caldeira](#) em 23 Dezembro 2016 (Actualizado em 03 Janeiro 2017)

2017 年 1 月、以下のコメントが記事の最後に加筆・掲載された。

**

「この記事は、日本大使館によって組織された旅行の一貫で執筆された」。

Este artigo foi escrito no âmbito de uma viagem organizada pela Embaixada do Japão



Desde Fevereiro último que Organizações da Sociedade Civil(OSC) oriundas das províncias do Niassa, Zambézia e Nampula romperam com as suas parceiras baseadas em Maputo, que defendem o “Não ao ProSavana”, e estão a trabalhar com o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar(MASA) na revisão do esboço zero deste programa que se propõe a revolucionar a agricultura em Moçambique. “Nós temos experiência de muitos projectos falhados porque o Governo pensou que sozinho era capaz de fazer (...)nós queremos estar envolvidos na tomada de decisões sobre este programa do Corredor de Nacala”, declarou ao @Verdade António Mutoua, do Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil(MCSC), que também revelou que a associação foi apoiada pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) em mais de 200 mil dólares norte-americanos.

Formalmente o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais de Moçambique(ProSavana) ainda não está aprovado, principalmente porque várias OSC moçambicanas, aliadas a parceiras do Brasil e do Japão, conseguiram travar a sua implementação plena antes de haver uma ampla consulta pública.

Todavia em vários distritos da província de Nampula muitos camponeses trabalham com o MASA, com apoio técnico e financeiros dos Governos do japonês e brasileiro, na produção e multiplicação de sementes, na criação de frangos, na cultura de soja, milho e mandioca, e também estão em curso várias acções de investigação agrária.

Entretanto, desde 2014, que o Governo moçambicanos teve que aceder aos anseios das Organizações da Sociedade Civil, começou por tornar pública alguns documentos e informações sobre o ProSavana, que antes não partilhou, e iniciou um processo de diálogo que afirma ser transparente.

No âmbito desse diálogo foi criado, em Fevereiro de 2016, o Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala que no entanto não teve a adesão de todas as OSC que desde a 2011 engajaram-se na luta por maior transparência e diálogo com o mentores do ProSavana. Aderiram a Plataforma Provincial de organizações da Sociedade Civil de Nampula(PPOSC-N), o Fórum das Organizações Não Governamentais do Niassa(Fonagni), o Fórum das Organizações Não Governamentais da Zambézia(Fongza) e a Rede de Organizações para Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Zambézia(Radeza).

“Em Nampula a nossa posição era desenvolvimento agrário sim mas precisamos de muita inclusão, muita participação, não queremos ser meros expectadores, queremos ser inclusos nesse processo. Não subscrevemos o Não ao ProSavana porque queríamos entender, e se o Governo abrir espaço vamos colaborar, porque estamos interessados no desenvolvimento do Corredor de Nacala desde que siga os pilares da agricultura sustentável” explicou ao num encontro recente com jornalistas António Mutoua, da PPOSC-N. “Nós queremos ser envolvidos no redesenho, queremos estar perante o processo para não lesar aquilo que são direitos das comunidades. Neste momento nós achamos muito bem colaborar para a revisão”

Ficaram de fora Organizações da Sociedade Civil que embora operem em todo País estão baseada em Maputo, nomeadamente a Associação Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais, Moçambique (ADECRU), o Fórum Mulher, Moçambique, a Justiça Ambiental, a Liga dos Direitos Humanos, a Livangingo e a União Nacional de Camponeses.

206 mil dólares para fortalecer o Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil

De acordo com António Mutoua, outrora defensor do Não ao ProSavana, “o que equivocou o ProSavana foi o processo como foi conduzido, não houve muita informação, havia especulação que viriam empresários, fazendeiros que vão ocupar terras. O novo documento diz que vai salvaguardar o direito sobre a terra, vai salvaguardar as áreas comunitárias”.

O activista explicou ainda que embora “os nossos amigos” das OSC que advogam o “Não ao ProSavana” questionem o envolvimento das associações que estão no MCSC, e até os acusam de terem sido cooptados, o trabalho de advocacia que se propuseram a realizar é para criar mudanças e

incluïrem-se nas decisões de governaçã e desenvolvimento de Moçambique. “Se é assim não é só dizer não, é também trazer o contra não”.

“Nós queremos fazer aquilo que achamos naquela altura que não teríamos chegado a este ponto, passaram quatro anos de puxa- puxa que não era necessário. Se no princípio a coisa começassem como agora o ProSavana estaria a ser implementado. Esta terra se não formos nós ninguém há-de vir defender, nós queremos uma agricultura sustentável que cumpra todo o padrão da agricultura responsável e isso como vai ser feito é o que o documento tem que clarificar, na primeira versão estava tudo muito vago”, acrescentou Mutoua.

O Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala revelou estar a preparar-se para iniciar uma série de auscultações aos camponeses que serão afectados e beneficiados pelo ProSavana por forma a recolher as suas preocupações e com base nelas preparar a versão zero da Sociedade Civil.

“Pegamos nas 300 páginas do master plan e com a ajuda de académicos da Universidade Eduardo Mondlane resumimos para 50 páginas, ainda resumimos para uma versão de 11 páginas” afirmou António Mutoua que referiu ainda que “queríamos até ao dia 15 de Abril do próximo ano a nossa versão zero estivesse pronta para que depois entregarmos ao Governo oficialmente”.

O entrevistado, na presença de representantes das OSC do Niassa e também da Zambézia, revelou que para estas actividades o MCSC foi apoiado pela JICA, “para fortalecer esta capacidade de revisão são 206.227 dólares”, declarou.

Terra Segura não existe em Nampula

Paralelamente ao encontro com estes representantes da Sociedade Civil o @Verdade visitou vários dos projectos do ProSavana, denominados de investigação, que estão em curso na província de Nampula.

Todos agricultores entrevistados nunca tiveram acesso a nenhuma informação sobre o Plano Director do ProSavana porém mostraram resultados positivos das actividades que tem estado a realizar já a alguns anos com a assistência dos técnicos do MASA e também japoneses. Para eles o ProSavana é uma realidade e estão radiantes com a oportunidade de produzir mais comida.

Aliás embora se aborde muito a questão da segurança da terra dos camponeses moçambicanos no Corredor de Nacala, além da clarificação dos Governos do Japão e do Brasil que nenhum agricultor ou investidor irá instalar-se na Região no âmbito do ProSavana, não há evidências de nenhuma usurpação de terra para este programa agrário.

Todavia nenhum dos camponeses entrevistados pelo @Verdade, e foram algumas dezenas, possuem o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra(DUAT) que cultivam, “Não conseguimos pagar” disseram.

É que para um camponês tratar um DUAT enfrenta os mesmos procedimentos que qualquer outro investidor. “Primeiro tem que ter a declaração da estrutura local que lhe confere que o terreno é dele, depois leva-o para a Direcção das Actividades Económicas que fica na sede do distrito (há cerca de 20 quilómetros). Depois tem que se organizar a consulta comunitária, mas também tem de vir ao local um técnico da Geografia e Cadastro, legalizar 1 hectare pode custar entre 5 a 6 mil meticais e a autorização final é dada pelo Governador da província”, explicou ao @Verdade um funcionário Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar em Nampula.

A verdade é que no Moçambique real a iniciativa do Presidente Filipe Nyusi, de emitir cinco milhões de títulos DUAT até 2019, no âmbito do Programa Terra Segura, é falaciosa. Quiçá se fosse implementado do Corredor de Nacala resolvesse uma das principais reivindicações das Organizações da Sociedade Civil.

【Google 英語訳】

Since last February, Civil Society Organizations (CSOs) from the provinces of Niassa, Zambézia and Nampula have broken up with their Maputo-based partners who support "No ProSavana" and are working with the Ministry of Agriculture and Food Security (MASA) in the revision of the zero draft of this program which proposes to revolutionize agriculture in Mozambique. "We have experience of many failed projects because the Government thought that it alone was capable of doing ... we want to be involved in making decisions about this program of the Nacala Corridor," he told the @ António Mutoua, of the Mechanism of Civil Society Coordination (MCSC), which also revealed that the association was supported by the Japanese International Cooperation Agency (JICA) in more than 200 thousand US dollars.

Formally, the Triangular Cooperation Program for the Agricultural Development of the Tropical Savannas of Mozambique (ProSavana) is not yet approved, mainly because several Mozambican CSOs, allied to Brazilian and Japanese partners, have been able to halt their full implementation before a wide consultation Public.

However, in several districts of the province of Nampula, many peasants work with MASA, with technical and financial support from the Japanese and Brazilian Governments, in the production and multiplication of seeds, in the raising of chickens, in the cultivation of soybeans, maize and cassava. Several agricultural research actions are under way.

Since 2014, however, the Mozambican government has had to accede to the wishes of the Civil Society Organizations. It began by making public some documents and information about the ProSavana, which it did not previously share, and began a process of dialogue that it claims to be transparent.

As part of this dialogue, the Civil Society Coordination Mechanism for the Development of the Nacala Corridor was created in February 2016. However, it has not had the participation of all CSOs that since 2011 have engaged in the fight for greater transparency and dialogue With the ProSavana mentors. They joined the Provincial Platform of Civil Society Organizations of Nampula (PPOSC-N), the Forum of Non-Governmental Organizations of Niassa (Fonagni), the Forum of Non-Governmental Organizations of Zambézia (Fongza) and the Network of Organizations for Environment and Sustainable Development Of Zambézia (Radeza).

"In Nampula our position was agrarian development yes but we need a lot of inclusion, a lot of participation, we do not want to be mere spectators, we want to be included in this process. We do not subscribe to ProSavana because we wanted to understand, and if the government opens space we will collaborate because we are interested in the development of the Nacala Corridor as long as it follows the pillars of sustainable agriculture," he told a recent meeting with journalists António Mutoua, PPOSC- N.

"We want to be involved in the redesign, we want to be before the process so as not to harm what the rights of the communities are. At this time we think it is very good to collaborate for the "Civil Society Organizations that operate throughout the Country are based in Maputo, namely the Academic Association for the Development of Rural Communities (ADECURU), Mozambique Women's Forum, Environmental Justice, the Human Rights League, Livaningo and the National Peasants' Union.

\$ 206,000 to strengthen the Civil Society Coordination Mechanism

According to António Mutoua, former defender of No to ProSavana, "what was wrong with ProSavana was the process as it was conducted, there was not much information, there was speculation that would come entrepreneurs, farmers who will occupy land. The new document says it will safeguard the law on the land, it will safeguard the community areas. "

The activist also explained that although our "friends" of CSOs who advocate "No to ProSavana" question the involvement of the associations that are in the MCSC, and even accuse them of having been co-opted, the advocacy work they set out to do is To create change and to be included in the governance and development decisions of Mozambique. "If it is so, do not just say no, it is also to bring it against you."

"We want to do what we thought by then that we would not have gotten to this point, four years of pulling that was not necessary. If at first the thing started as now ProSavana would be implemented. This land if we are not nobody will come to defend, we want a sustainable agriculture that meets the whole pattern of responsible agriculture and this how it will be done is what the document has to clarify, in the first version was all very vague, " Added Mutoua.

The Civil Society Coordination Mechanism for the Development of the Nacala Corridor has shown that it is preparing to initiate a series of consultations to the peasants who will be affected and benefited by ProSavana in order to collect their concerns and based on them prepare the zero version Of Civil Society.

"We took the 300 pages of the master plan and with the help of academics from the Eduardo Mondlane University we summarized to 50 pages, we still summarize for an 11 page version" said António Mutoua who also stated that "we wanted until April 15 next year Our zero version was ready so that we can then officially surrender to the Government. "

The interviewee, in the presence of representatives of CSOs from Niassa and also from Zambezia, revealed that for these activities the MCSC was supported by JICA, "to strengthen this review capacity is \$ 206,227," he said.

Terra Segura does not exist in Nampula

Parallel to the meeting with these representatives of Civil Society, @Verdade visited several of ProSavana's so-called research projects in Nampula province.

All interviewed farmers never had access to any information about the ProSavana Master Plan, but they showed positive results from the activities that have been carried out for some years with the assistance of MASA technicians and also Japanese. For them the ProSavana is a reality and they are radiant with the opportunity to produce more food.

Although the issue of Mozambican peasants' land security in the Nacala Corridor is addressed, in addition to the clarification of the Governments of Japan and Brazil that no farmer or investor will be installed in the Region under the ProSavana, there is no evidence of any Land for this agrarian program.

Yet none of the peasants interviewed by @Verdade, and there were a few dozen, have the Land Use Right (DUAT) they cultivate, "We can not afford to pay," they said.

It is that for a peasant to treat a DUAT faces the same procedures as any other investor. "First you have to have the declaration of the local structure that gives you the land, and then you take it to the Directorate of Economic Activities, which is located at the headquarters of the district (about 20 kilometers). Then you have to organize the community consultation, but also has to come to the site a Geography and Cadastre, legalize 1 hectare can cost between 5 to 6 thousand metical and the final authorization is given by the provincial Governor, "explained to @Verdade An official Ministry of Agriculture and Food Security in Nampula.

The truth is that in Mozambique, the initiative of President Filipe Nyusi to issue five million DUAT titles until 2019 under the Terra Segura program is fallacious. Perhaps if it were implemented the Nacala Corridor would solve one of the main demands of the Civil Society Organizations.